

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA PADRE ANDRÉ – NAS BORDAS DO AGRONEGÓCIO, UM EXEMPLO DE RESISTÊNCIA E FOMENTO À AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR

Maria de Fátima Silva da Rocha¹

Jakeline Honória de Souza²

Resumo: O presente trabalho consiste em um levantamento bibliográfico acerca da Pedagogia da Alternância e do trabalho sócio pedagógico desenvolvido pelas Escolas Famílias Agrícolas, de modo a trazer dados exclusivos sobre a Escola Família Agrícola Padre André - EFAPA, localizada no município de Correntina, na região Oeste da Bahia, evidenciando a importância dessa escola para os estudantes e famílias envolvidas e para o desenvolvimento do meio. Discorre sobre a origem da Pedagogia da Alternância, seus princípios, instrumentos pedagógicos e principais atores, defendendo-a por ser uma pedagogia capaz de garantir aos jovens camponeses o direito a uma educação contextualizada, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos afetivos, sociais e culturais com o meio, de modo a fomentar o respectivo desenvolvimento. Discorre sobre o Plano de Estudo enquanto um dos importantes instrumentos da Pedagogia da Alternância capaz de fazer a ligação entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos entre os tempos formativos que caracterizam a Pedagogia da Alternância. Destaca a relevância das Escolas Famílias Agrícolas e evidencia o protagonismo da EFAPA, trazendo presentes as principais razões que fazem da Pedagogia da Alternância uma experiência inovadora e apropriada para o campo.

Palavras-chaves: Pedagogia da Alternância. Escolas Famílias Agrícolas. Educação. Ensino contextualizado.

Breves palavras

*“Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola”*

Escrever sobre a Pedagogia da Alternância traz à tona uma dose de encantamento capaz de nos mobilizar, apostar e defender esse movimento alternativo educacional presente no Brasil desde a década de 70. Porém, em determinados momentos, o encantamento dar lugar a

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/Uesb). Brasil. E-mail: fatimaandludy@gmail.com;

² * Graduanda em Educação do Campo/Ciências Agrárias - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Brasil. E-mail: jakehonorio@hotmail.com.



sentimentos outros diante da ausência de compromisso com que essa pedagogia tem sido tratada no Brasil, por longas décadas, pelos órgãos governamentais, pois uma prática que tem se mostrado contextualizada e apropriada para o campo, por isso exitosa, foi tida por anos a fio apenas como experiência educacional.

Antes de qualquer aprofundamento no propósito do presente manuscrito, confesso que a minha atenção foi captada pelo sentido duplamente ressignificado da palavra “alternância” presente no termo “Pedagogia da Alternância”. Para o dicionário Larousse ática (1991, p. 36), “alternância” é um substantivo feminino que significa: “1. Ação de alternar. 2. Repetição de dois movimentos diferentes, sempre na mesma ordem. 3. Intercalação, interpolação”. Logo, quando se trata da Pedagogia da Alternância, o termo “alternância” adquire o sentido de ações que acontecem repetidamente, como numa espécie de ciclo, que mantem uma ordem, uma disciplina. No entanto, a palavra “alternância” também remete e converge com o termo “alternativo”, ambos têm uma raiz comum, mas adquire aqui um sentido que traduz a grandeza, a poesia e a resistência dessa pedagogia. Enquanto que para o dicionário Larousse ática (1991, p. 36), “alternativo” é um adjetivo que significa “1. Que se diz ou faz com alternância. 2. Que permite escolha.”, para a Pedagogia da Alternância e para todos/as aqueles/as que militam e atuam nessa e por essa causa, trata-se de um movimento alternativo também no sentido de que apresenta/propõe uma alternativa, uma saída, uma contraposta diante do modelo educacional tido como “padrão”; constitui-se, pois, uma forma de romper com o padrão(im)posto e declarar pedagogicamente que outros caminhos são possíveis, que outras estradas podem ser trilhadas, que horizontes outros podem ser perspectivados por meio de uma proposta pedagógica alicerçada, de fato, na realidade daqueles que permitem muito mais que a escolaridade convencional, mas adotam e adentram-se por um jeito encantador e dinâmico de fazer educação, numa concepção de que nenhuma formação intelectual possa prescindir da formação humana em sua integralidade. Desse modo, podemos afirmar que a Pedagogia da Alternância é um movimento educacional reativo ao modelo educacional convencional. Nesse sentido, alternar não é apenas ficar um período na escola (tempo formativo escola) e um período em casa (tempo formativo família/comunidade), mas pela negação histórica que assola a população campezina, finalmente poder fazer uma escolha que consiste não necessária e exclusivamente em fazer a opção por estudar ou matricular os filhos numa escola que adota essa pedagogia, mas a escolha de quebrar paradigmas, de construir um movimento (des)edificante, de realizar o sonho de ter como referência uma escola que valoriza o saber popular, sem desconsiderar o saber científico,

que respeita e valoriza o homem, a mulher, o/a jovem e a criança do campo, sem desprezar os cidadãos cidadãos.

Nascida na França nos idos de 1930, a Pedagogia da Alternância é a metodologia que dar suporte ao trabalho desenvolvido nas Escolas Famílias Agrícolas espalhadas pelos diversos continentes, estando, pois, em diversos Estados brasileiros.

No Brasil, a Pedagogia da Alternância chegou nos idos dos anos 1968, no Espírito Santo, através do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES – e de lá se espalhou para vários estados e regiões brasileiras, de maneira que em 2014 a configuração era a seguinte:

[...], os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), somando as 150 Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e os 120 Centros de Formação Rural (CFRs), totalizam 270 unidades, envolvendo 21 Estados da Federação e 800 municípios. A perspectiva de expansão em todo o território nacional é de 10% ao ano sobre o total de recursos alocados (NOSELLA, 2014, p. 17).

É nesta pedagogia que está ancorado o trabalho técnico-metodológico desenvolvido na Escola Família Agrícola Padre André, localizada no Sítio Terra Nova, Km 15, Harmônio/Arrojado, no município de Correntina-BA, cuja importância e valores imateriais serão sintetizados por meio do presente relato.

É importante evidenciar que este relato não tem a pretensão de ser um estudo aprofundado sobre a Pedagogia da Alternância, tão pouco dará conta de trazer a riqueza, sentido e significado exercido pela Escola Família Agrícola Padre André – EFAPA – ao longo de seus 27 anos de existência e resistência. Trata-se apenas de relatar de modo breve e genérico a importância que tem essa escola não apenas para o município de Correntina, mas também para a região, sobretudo para os municípios e famílias que dela participam efetivamente. Antes, porém, de falar sobre a experiência da EFAPA, necessário se faz discorrer sobre a Pedagogia da Alternância e sobre as Escolas Famílias Agrícolas – EFA’S.

Pedagogia da Alternância – uma alternativa de resistência para o campo

É impossível falar ou escrever sobre a Pedagogia da Alternância sem fazer correlações com os movimentos sociais e com a educação do campo enquanto proposta contra-hegemônica baseada no princípio de que isonomia não é tratamento igual para os “diferentes”, mas, sim, tratamento diferenciado conforme as particularidades dos sujeitos aos quais se assegura o direito à educação ou a qualquer outro direito social fundamental. E é justamente em função

dessa convicção que há uma convergência de sentido entre a Pedagogia da Alternância, os movimentos sociais e a educação do campo, pois ainda que as atuações sejam distintas, há muito mais que interesses em comum: há lutas conjuntas e fortalecimento das bandeiras empunhadas. Assim, “o movimento da Pedagogia da Alternância nasceu e se desenvolveu no âmbito dos movimentos sociais de natureza associativa ou cooperativa. Sustenta-se na mobilização e organização popular, sendo as famílias corresponsáveis das escolas” (FOERSTE, s/d, p. 29). Mas não é apenas por ter nascido no seio dos movimentos sociais e pelas bandeiras comuns que existe essa correlação; a dinâmica que caracteriza a Pedagogia da Alternância, a própria constituição, atuação e filosofia fazem da Pedagogia da Alternância um autêntico movimento pelo direito à educação; não uma educação bancária nos moldes convencionais, mas uma educação alicerçada na realidade e nas necessidades do povo camponês; uma educação que busca na base, na comunidade e na família do estudante, a espinha-dorsal para o desenvolvimento do fazer pedagógico; uma educação, de fato, contextualizada e que vai muito além do que defende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96 – nos seguintes termos:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão **as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região**, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996). (grifos nossos)

Na Pedagogia da Alternância não são feitas “adaptações” para adequar-se às necessidades do povo camponês; trata-se de uma pedagogia apropriada (e não adaptada), que nasce no bojo de tais necessidades. A Pedagogia da Alternância nasce como resposta e alternativa ao modelo educacional unilateral (im)posto, pelo entendimento e reconhecimento de que o modelo predominante não atende às necessidades dos jovens e famílias camponesas, por não agregar conhecimentos capazes de tornar possível a formação integral, a convivência e o desenvolvimento do meio.

Na Pedagogia da Alternância o fazer pedagógico é mais que um fazer pedagógico contextualizado, é um fazer sócio pedagógico altamente comprometido com a emancipação dos estudantes, da família e da comunidade.



Segundo Nosella (2014, p. 45) “a primeira Maison Familiale nasceu na França em 21 de novembro de 1935”. As Maisons Familiaes Rurales (Casas Familiares Rurais) tinham/têm como proposta pedagógica a Pedagogia da Alternância e, desde então, representam uma alternativa aos modelos educacionais tidos como padrão, sendo que é justamente no “padrão” que se assentam os maiores desafios, já que o padrão homogeneiza, estabelece um parâmetro único como se não houvessem particularidades, atropelando, dessa forma, o direito a uma educação que esteja vinculada à realidade e necessidades dos estudantes e respectivas famílias e comunidades.

Como movimento de emancipação do homem, da mulher, do/a jovem e da criança do meio rural, através da educação, nasce a Pedagogia da Alternância; uma pedagogia que já nasce como anúncio, denúncia e renúncia: anúncio de que é possível ousar um movimento (des)edificante que seja capaz de conferir valor e dignidade ao meio rural e àqueles que vivem dele e nele; denúncia de um modelo de sociedade e de educação que ao padronizar, exclui todos que não estão conforme determinado padrão e renúncia ao modelo educacional vigente, por não atender às reais necessidades e aspirações do povo camponês.

Para Nosella,

A história das Escolas-Família é antes de tudo a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo no meio do povo do interior francês, compartilhando a mesma vida, carregando o mesmo passado de injustiças, sofrendo as mesmas pressões. Foi a ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico (NOSELLA, 2014, p. 45)

Em linhas gerais, a história do nascimento das Escolas Famílias Agrícolas é a história de uma ideia que surgiu baseada em uma necessidade: a necessidade de oferecer aos jovens do campo uma educação que lhes desse a condição de, ao estudar, promoverem a si próprios, suas famílias e o próprio campo. “Visava, essa escola, a evitar que, para estudar, os jovens se evadissem de seu território na forma de “êxodo/expulsão para a cidade”. (FOERSTE, s/d, p. 20)

A Pedagogia da Alternância consiste numa proposta metodológica apoiada em dois tempos formativos: tempo formativo escola e tempo formativo família/comunidade.

Segundo Piatti,



A Pedagogia da Alternância acontece em dois tempos e em dois espaços: o tempo-escola (momento de educação formal na escola) e o tempo-comunidade (momento de educação na comunidade, na vida diária). É uma formação humanista, conta com diferentes instrumentos que garantem a sua função, a articulação de tempos e espaços educativos, o estabelecimento de relações entre os envolvidos no processo educativo e a relação com o trabalho (PIATTI, 2014, p. 51).

Desse modo, as Escolas Famílias Agrícolas, também chamadas de Centros Familiares de Formação por Alternância, cuja base pedagógica é a Pedagogia da Alternância, caracterizam-se por serem escolas geralmente situadas no meio rural, atenderem aos/às filhos/as de homens e mulheres do campo, funcionarem em dois tempos formativos: tempo formativo escola e tempo formativo família/comunidade, serem mantidas por associações comunitárias e terem gestão administrativo-pedagógica própria.

Foerste (s/d, p. 30) ao falar sobre as Escolas que adotam a Pedagogia da Alternância, afirma que elas se “autodefinem como instituições públicas (populares) sem serem governamentais; exigem o financiamento dos governos, mas entendem preservar sua autonomia de gestão e pedagógica.”

No Brasil, a Pedagogia da Alternância chegou nos idos dos anos 1968, no Espírito Santo, através do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES – e de lá se espalhou para vários estados e regiões brasileiras, de maneira que em 2014 a configuração era a seguinte:

[...], os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), somando as 150 Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e os 120 Centros de Formação Rural (CFRs), totalizam 270 unidades, envolvendo 21 Estados da Federação e 800 municípios. A perspectiva de expansão em todo o território nacional é de 10% ao ano sobre o total de recursos alocados (NOSELLA, 2014, p. 17).

Para a Pedagogia da Alternância, para além do discurso de que o campo é um lugar bom para se viver; existe a demonstração de que é possível viver dignamente no campo. No entanto, longe de qualquer ideia romântica e desprovida de sentido, a dignidade de viver no campo há de ser uma conquista diária, contínua e ininterrupta, pois os frutos não brotam da terra se as sementes não forem lançadas, os direitos dos povos do campo não são presentes que caem do céu ou pacotes ofertados gratuitamente pelos legítimos representantes políticos, as condições para uma vida digna não estão postas a priori etc. Logo, a dignidade do viver no campo está intrinsecamente ligada à capacidade de organização e de mobilização pela emancipação social e pela luta em prol de que ao povo do campo sejam conferidas condições dignas de vida, de



modo que o projeto das EFA'S está diretamente vinculado a uma educação que emancipa e que tem como base a realidade forjada pelos estudantes e respectivas famílias e comunidades.

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância, com seus dois tempos formativos, garante aos jovens, filhos de pequenos agricultores, o direito de frequentar a escola sem distanciarem-se, por longo tempo de suas famílias, do mesmo modo que garante o não distanciamento afetivo-cultural de suas origens, mantendo e aumentando o vínculo com a família, com as questões sociais e culturais da comunidade e valorizando, sobremaneira, a origem campesina com tudo que ela representa, diferentemente do que propôs e continua propondo o modelo de escola convencional que acredita que “para vencer ou ser alguém na vida é preciso deixar o campo e ir estudar nos grandes centros urbanos”, supervalorizando, assim, o modo de viver e a cultura urbana, em detrimento da riqueza e potenciais presentes no campo, num movimento em que propositalmente nega-se que: “O campo gerou a cidade, não o inverso. Infelizmente, a cidade, filha do campo, pela força do instrumento técnico (dinheiro e tecnologia), pode esquecer ou destruir sua matriz e, com isso, destrói a si mesma” (FOERSTE, s/d, p. 25). No entanto, para a Pedagogia da Alternância, é possível restabelecer o equilíbrio entre o campo e a cidade, evidenciando que não há culturas, saberes e lugares melhores; há culturas, saberes e lugares diferentes e estes mantêm entre si relações de interdependência.

Princípios, Instrumentos Pedagógicos, Atores da Pedagogia da Alternância

Assentadas em quatro princípios e fundamentos, as Escolas Famílias Agrícolas representam uma alternativa metodológica inovadora e apropriada para a garantia de educação contextualizada aos jovens camponeses e respectivas famílias, quais sejam:

A Associação, responsável pela gestão e manutenção das escolas, com a presença intensa das famílias e ex-alunos/as; **A Pedagogia da Alternância**, sendo uma metodologia adequada a educação do/no campo, organizada a partir dos tempos escolas e comunidade, organizados em três etapas sucessivas: a. observar/pesquisar (meio socioprofissional); b. refletir/aprofundar (meio escolar); c. experimentar/transformar (meio sócioprofissional); **A Formação Integral**, considerando a formação do ser humano como um todo, onde além da formação geral e profissional leva em consideração todas as dimensões da pessoa humana, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades de cada pessoa, num tratamento personalizado, através do espírito da iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando a construir o Projeto de Vida ou Profissional junto com a família e o meio em que vivem; e por fim, **o Desenvolvimento Local**, tendo o princípio da sustentabilidade e da solidariedade, no processo de formação dos estudantes, das famílias e dos parceiros, com enfoque principal para o fortalecimento da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais,



bem como para inserção profissional e empreendedora no meio rural (COSTA, FREITAS & MARINHO, 2018, p. 49). (grifos dos autores)

O fazer sócio pedagógico das EFA'S está totalmente implicado e imerso nas experiências e vivências protagonizadas pelos estudantes. Pode-se afirmar categoricamente que as vivências dos estudantes e respectivas famílias nas propriedades rurais representam o objeto que irá direcionar as ações no âmbito da Pedagogia da Alternância; o dia a dia dos estudantes e das famílias, suas experiências cotidianas, suas formas de contato com a terra enquanto meio de subsistência e de sobrevivência são notadamente importantes para a constituição do Plano de Formação das EFA'S, de forma que são essas vivências que oferecem os temas centrais das ações formativo-educativas a serem desenvolvidas pelas Escolas Famílias, por meio dos Instrumentos Pedagógicos, sobretudo através do Plano de Estudo (PE), uma espécie de espinha-dorsal que dar suporte ao trabalho das EFA'S e dialoga, pois, incessantemente com os demais instrumentos, os quais, segundo Begnami e Burghgrave (2000), são classificados em quatro grupos, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	INSTRUMENTOS-ATIVIDADES
Instrumentos de atividades de pesquisa	Plano de estudo
	Folha de observação
	Estágios
Instrumentos e atividades de comunicação/relação	Colação em comum
	Tutoria
	Caderno de acompanhamento da alternância
	Visita à famílias e comunidade
Instrumentos didáticos	Visitas e viagens de estudo
	Serão de estudo
	Intervenções externas
	Cadernos didáticos para as aulas/cursos
	Atividades de retorno experiências
	Projeto profissional
Instrumentos de avaliação	Avaliação semanal
	Avaliação formativa

Fonte: Begnami e Burghgrave (2000, p. 80)



Nota-se que Plano de Estudo é o primeiro instrumento da lista; esta disposição/ordem não é aleatória, já que o PE é a espinha-dorsal das ações desenvolvidas pelas EFA'S e aborda sempre uma temática vivenciada pelos estudantes e suas famílias. “O plano de estudo norteia-se por uma temática que parte da realidade concreta e mais próxima do estudante, que é sua família e a comunidade em que vive” (FOERSTE, s/d, p. 145).

O PE é uma pesquisa/estudo em várias etapas, realizada nos dois tempos formativos: escola e família/comunidade: a) na EFA os monitores¹ introduzem a temática e motivam os alunos a fazerem o levantamento das questões que julgam necessárias; b) ainda na EFA, as questões elaboradas pelos alunos passam por um processo de sistematização realizada pela equipe de monitores, que formatam o texto da pesquisa e acrescentam uma motivação para o desenvolvimento da pesquisa; c) junto às famílias e comunidade, o questionário do PE é respondido, geralmente através de uma seção coletiva; d) ao retornar para a EFA, os estudantes fazem a Colocação em Comum das respostas do questionário e fazem o debate diante da riqueza oportunizada pelas respostas, suas semelhanças e diferenças; e) a pesquisa feita e seus desdobramentos (redação e ilustração) são registradas no Caderno de Acompanhamento da Alternância, também chamado de Caderno da Realidade; f) em cada componente curricular, o/a monitor/a responsável fará a seleção dos conteúdos que convergem com o tema do PE; g) as experiências desenvolvidas na propriedade da EFA serão conduzidas de forma a dialogar diretamente com a temática em discussão; h) a equipe de monitores organizará Viagens ou Visitas de Estudo para aprofundamento da temática; i) havendo necessidade, será elaborada a Folha de Observação, com vistas ao aprofundamento do tema do PE; j) poderá, ainda, ser organizado um serão temático com a participação de profissionais capacitados para discorrer sobre o assunto; k) de volta para a família/comunidade, os estudantes socializarão os conhecimentos técnicos adquiridos e implementarão, se for o caso, práticas experimentais e/ou melhoramento/aperfeiçoamento das ações já desenvolvidas; l) poderão, ainda, serem planejadas visitas às famílias/comunidade por integrantes da equipe de monitores para o desenvolvimento de oficina/prática relacionada ao tema do PE etc.

¹ O professor é chamado de monitor para significar que seu papel vai além da docência implicando o acompanhamento do aluno não apenas em suas atividades escolares, mas também em sua social e profissional (NOSELLA, 2014, p.30)

Percebe-se que não é por acaso que considero o Plano de Estudo a espinha-dorsal das ações da EFA, uma vez que ele é fio que conduz as demais ações a serem desenvolvidas tanto no tempo formativo escola quanto no tempo formativo família/comunidade, permitindo, pois, a presença da EFA na família/comunidade e trazendo esta presença para a EFA através dos saberes empíricos construídos em torno do tema do PE. “Por meio do Plano de Estudo se faz a integração da vida com a EFA, criando no aluno o hábito de ligar a reflexão com a ação e de partir da experiência para a sistematização científica” (FOERSTE, s/d, p. 143 – 144).

O movimento gerado em torno do PE é um típico exemplo da tríade ação-reflexão-ação, em que a Pedagogia da Alternância, segundo Gadotti,

[...] se apresenta como meio para atingir a finalidade de reflexão e ação e no e com o contexto do tempo. É o movimento alternado potencializado por uma organização imbricada num contexto que se propõe um processo de aprendizagem pautado na relação que diagnostica, problematiza, reflete. Dialoga, planeja e age através do coletivo (GADOTTI, 2003, p. 48).

Orientado por esses Instrumentos Pedagógicos, o Plano de Formação das EFA’S visa a formação integral dos estudantes e suas famílias, numa dinâmica em que, ao fomentar a emancipação das famílias envolvidas diretamente, corrobora com o desenvolvimento das comunidades e, conseqüentemente, com o desenvolvimento regional.

Uma proposta metodológica dessa amplitude, apoiada nos quatro Princípios ou Pilares acima descritos e que se efetiva por meio de um Plano de Formação abrangente e com múltiplos Instrumentos Pedagógicos, requer o envolvimento de vários atores para a concretização. Diferentemente do modelo convencional, a Pedagogia da Alternância segundo Begnami apud Burghgrave (2011, p. 133) “é uma pedagogia da parceria e da cooperação”, em que cada parceiro/ator desempenha papéis distintos que convergem para a efetivação do Plano de Formação da EFA, que por sua vez idealiza a formação integral do jovem estudante, a emancipação da família e o desenvolvimento do meio. Assim, “Além do próprio jovem em formação e do monitor, catalisador de todo o processo educativo, a EFA deve envolver outros parceiros, indispensáveis a seu bom funcionamento, considerados como coformadores” (BURGHGRAVE, 2011, p. 133). Desse modo, os principais coformadores são os monitores, a própria família de cada jovem estudante, os mestres de estágio, lideranças e profissionais do meio.

Escola Família Agrícola Padre André – um exemplo pioneiro de educação apropriada para a convivência com o meio

A Escola Família Agrícola (EFA) é uma instituição não governamental que trabalha com a juventude do campo. Sendo uma escola de caráter comunitário, busca caminhar sempre em diálogo com as lideranças comunitárias, com movimentos e organizações sociais, na perspectiva da inclusão e contextualização do saber.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2019, p. 04), “Em Correntina, a Escola Família Agrícola nasce como ideia por volta de 1986, a partir das preocupações históricas dos pequenos agricultores e agricultoras dos municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória e Jaborandi”, sendo esse sonho compartilhado com as pastorais sociais da Paróquia Nossa Senhora da Glória, mobilizado pela necessidade de um espaço educativo-organizativo voltado para o homem, para a mulher e para os jovens do campo.

O contexto bastante desafiador, um cenário de avanço do agronegócio na região Oeste, é contrastado pelo terreno fértil, pelos sonhos e pelas ações das pessoas que almejavam e defenderam a implantação de um projeto de educação que atendesse a realidade dos sujeitos do campo. Nesse cenário, a semente foi lançada com ousadia e determinação, como forma de (re)afirmar a importância do processo formativo dialogado com o modo de vida dos povos do campo.

Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico,

Com o apoio e empenho bastante significativo da ação pastoral da igreja, e principalmente da pessoa do saudoso Monsenhor André Frans Béréno, pároco local da época e principal idealizador e parceiro-articulador para implantação da EFA, várias ações foram feitas com esse objetivo – reuniões, viagens, encontros, estudos e reflexões com os pequenos agricultores (as), lideranças de comunidades, entidades de classe, representantes de ONGs, pastorais, órgão de assistência rural; contatos, estágios e formação com EFA's que já estavam em funcionamento até que fosse consolidado informalmente o início das atividades educativas da Escola Família Agrícola no Centro de Treinamento de Líderes - CTL, ocorrido em 14 de março de 1994, já com a denominação de Escola Família Agrícola de Correntina – EFACOR, na presença de mais de vinte (20) comunidades rurais dos três municípios Correntina, Santa Maria e Jaborandi, com a sua primeira turma de estudantes, filhos (as) de pequenos agricultores(as), os quais juntamente com outros agricultores voluntários e representante da igreja passaram a gerenciar essa iniciativa através de um conselho e uma coordenação provisória, apoiados por um projeto PONTE-EFACOR, com recursos liberados pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS, responsável pelo pagamento de pessoal e outras rubricas nos anos de 1994 e 1995, período de realização do curso para a primeira turma, em parceria com a Paróquia que cedeu o espaço físico e transporte para as visitas às famílias, além de assumir a responsabilidade jurídica (PPP, 2019, p. 4 - 5).

Esse passo fundamental, resultante de um significativo processo de articulações, ocorreu em 14 de março de 1994, nascendo a então denominada Escola Família Agrícola de Correntina – EFACOR, na presença e com a participação e envolvimento de mais de vinte (20) comunidades rurais dos três municípios supramencionados, com a sua primeira turma de estudantes, filhos (as) de pequenos agricultores(as).

Ressalta-se que a experiência desenvolvida com a primeira turma foi em caráter experimental, desprovido, pois, das formalidades necessárias.

Uma vez iniciadas as atividades pedagógicas da EFACOR, outro passo fundamental foi dado: a fundação da Associação Comunitária da Escola Família Agrícola Rural de Correntina e Arredores – ACEFARCA, que ocorreu em 14 de junho de 1996, exatamente dois (02) anos e três (03) meses após a fundação da EFACOR. A ACEFARCA é a associação mantenedora da Escola Família Agrícola e, em conformidade com o Art. 2º do atual estatuto, reformulado e aprovado em 06 de julho de 2017:

[...] visa à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, sendo Organização da Sociedade Civil (OCS) mantenedora da Escola Família Agrícola Padre André, que ora adota a sigla EF AP A, podendo atuar em todo o território nacional, priorizando o Estado da Bahia, especialmente a região do Cerrado e Semiárido brasileiro, resguardando-se o direito de instalar sedes, escritórios, agências ou representações em qualquer unidade da Federação brasileira (CORRENTINA, 2017).

Na condição de entidade mantenedora da EFA, a ACEFARCA traz, por meio do Art. 5º do respectivo estatuto, “fins sociais específicos” alinhados às características da EFA e à Pedagogia da Alternância, sendo os mesmos traduzidos em ações no cotidiano da EFAPA² e da ACEFARCA, quais sejam:

- I - Oferecer Educação formal integral - educativa e profissional em agropecuária, em harmonia com o meio ambiente por meio pedagogia da alternância e da educação contextualizada, assegurando a manutenção da Escola Família Agrícola Padre André - EFAPA;
- II - Capacitar jovens rurais para desenvolver o trabalho comunitário, resgatando e respeitando as culturas e as expressões da religiosidade popular;
- III - Promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos agricultores e agricultoras, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia e economia solidária e suas organizações representativas;
- IV - Fortalecer o espírito de solidariedade, associativista cooperativista entre os pequenos agricultores;
- V - Desenvolver Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, na perspectiva de gestão de conhecimento, possibilitando o acesso ao crédito e informações

² Segundo o PPP, “Em dezembro de 2009, em uma Assembleia Extraordinária da ACEFARCA, já na ausência do saudoso Padre André, os agricultores e agricultoras aprovaram por unanimidade a mudança da denominação de EFACOR para EFAPA”, sendo essa uma forma de reconhecimento e de prestar uma homenagem ao saudoso Pe. André pela determinação, dedicação e apoio incondicional ao projeto EFA.

sobre os mercados, visando aumentar e melhorar a produção agroecológica e a produtividade, a viabilização do intercâmbio de produtos, a preservação do meio ambiente e incentivando os produtores na conquista das políticas públicas;

VI - Apoiar iniciativas que favoreçam a segurança e soberania alimentar e nutricional;

VII - Promover projetos e ações que visem à preservação e a recuperação de áreas degradadas no meio ambiente urbano e rural, valorizando a identidade física, social e cultural de agrupamentos urbanos e rurais e a geração de renda;

VIII - Contribuir para o desenvolvimento de estratégias de convivência com os biomas e seus ecossistemas, preservando e defendendo os Territórios dos povos e comunidades tradicionais, apoiando, desenvolvendo e executando reaplicação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido;

IX - Apoiar e participar de Redes de articulação da sociedade civil organizada e movimentos sociais que lutam em defesa e promoção de direitos, mobilizações, conquista e controle social das políticas públicas;

X - Trabalhar pela promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, equidade de gênero, geração e etnia, e de outros valores universais;

XI - Estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns;

XII - Promover e desenvolver a consciência crítica e política dos trabalhadores e de suas comunidades, para o pleno exercício da cidadania;

XIII - Promover o ensino, a pesquisa, o estudo, o desenvolvimento e a concretização de novas técnicas agrícolas apropriadas, capacitando os jovens, lavradores, desenvolvendo suas comunidades, buscando produzir mais e melhor, evitando assim o êxodo rural.

XIV - O repúdio aos preconceitos e discriminações de qualquer natureza, conforme definidos em lei;

XV - Acompanhar, participar, representar seus(as) sócios(as) e apoiar comunidades rurais, tradicionais ou não, em litígio coletivo ou individual pela posse da terra, inclusive juridicamente, favorecendo os(as) agricultores(as), trabalhadores(as), assalariados(as), parceiros(as), meeiros(as), arrendatários(as) e suas comunidades contra quaisquer espécies de grilagem, abuso, usurpação pública ou privada nas áreas de suas posses, trabalho ou uso individual e coletivo;

XVI - Lutar pela conservação e a proteção das águas, do meio ambiente e da agroecologia em sua ação pela conservação e recuperação dos solos, contra o uso e abuso de agrotóxicos, construindo assim a agricultura orgânica apropriada;

XVII - Lutar e defender incondicionalmente os direitos sociais, as liberdades políticas e as conquistas econômicas da classe trabalhadora, sejam elas individuais ou coletivas, para que sejam mantidas, ampliadas, cumpridas e respeitadas;

XVIII - Participar nas ações e atividades dos Movimentos Sociais pela emancipação dos trabalhadores, seu processo de libertação e na construção de uma sociedade democrática, livre, participativa, justa e soberana (CORRENTINA, 2017).

Sempre fiel a esses princípios, quase vinte (20) anos após a abertura das primeiras turmas na Etapa do Ensino Fundamental II, cujo fazer sócio pedagógico tinha por referência uma base nacional comum e uma parte diversificada, diante da necessidade de oferecer aos jovens uma alternativa de Educação Profissional condizente com a respectiva realidade, a

ACEFARCA optou por implantar o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, protocolando pedido de autorização junto ao Conselho Estadual de Educação em julho de 2012.

A primeira turma do Ensino Médio ingressou na EFAPA no ano de 2013 e concluiu em 2016. A partir daí iniciou a transição do Ensino fundamental para o Ensino Médio, de modo que em 2014, concluiu-se na EFAPA, a última turma referente ao Ensino Fundamental II. Ao todo, duzentos e treze (213) estudantes, filhos e filhas de pequenos agricultores e agricultoras de diversas comunidades de vários municípios da região tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental II, por meio de uma proposta de educação apropriada para a realidade do meio em que vivem, passando estes a exercerem, pois, muito protagonismo junto às famílias, comunidades e região, através do engajamento nos movimentos sociais e nas lutas em defesa da vida, da terra, da água e dos povos geraizeiros, muito forte e presente em alguns municípios do Oeste Baiano.

Até o momento, cinco (05) turmas concluíram o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, perfazendo um total de 71³ Técnicos(as) em Agropecuária, cujos saberes, formação e experiência em muito diferem dos cursos técnicos convencionais, pois a formação oferecida pela EFAPA baseia-se em uma relação harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente, pautada no princípio da sustentabilidade socioambiental.

Atualmente, segundo informações coletadas junto à própria EFAPA, além do próprio município que sedia a EFA, mais dez (10) municípios da região são atendidos pela Escola, quais sejam: Baianópolis, Bom Jesus da Lapa, Canápolis, Carinhanha, Cocos, Coribe, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, São Desidério e Serra do Ramalho.

Construída, portanto, em diálogo com estudantes, famílias, comunidades e toda riqueza cultural e identitária presente no modo de vida das famílias e de seus ancestrais, a Escola Família Agrícola Padre André orienta e educa para a vivência e convivência harmoniosa e equilibrada entre as pessoas e entre essas e a natureza, considerando os aspectos sociais, políticos e culturais que envolvem e permeiam essas relações.

³ Em 2020, de uma turma de 16 estudantes, somente 9 conseguiram realizar todas as atividades e concluir o Curso. O ano letivo de 2020 se encerrou em abril de 2021, porém essa turma ainda foi não oficialmente concluída, devido às limitações impostas pela Pandemia da COVID-19. Parte dos/as estudantes ainda tem demandas em aberto para serem resolvidas, portanto ainda não consta essa turma no diário oficial.

Considerações finais

Ao longo das cinco décadas em que as Escolas Famílias Agrícolas são uma realidade no Brasil, a Pedagogia da Alternância tem demonstrado ser um modelo educacional apropriado para os/as jovens filhos de homens e mulheres do campo.

A EFAPA, caminhando para os seus 28 anos, segue fiel aos seus princípios e, por inúmeras razões, constitui-se numa espécie de patrimônio da região, dentre essas razões, destacam-se: a) o fazer pedagógico-social baseia-se na realidade dos estudantes, famílias e comunidades envolvidas; b) os pressupostos metodológicos giram em torno dos saberes populares, de onde se parte para a elaboração dos saberes científicos; c) os processos de ensino e as vivências nos tempos formativos visam a formação integral dos estudantes; d) as famílias e respectivas comunidades participam dos processos formativos; e) a parceria escola x família x comunidade não é discurso demagógico, é vivência real e cotidiana; f) a gestão é descentralizada; g) o conjunto de ações da Pedagogia da Alternância baseia-se no princípio do respeito a todas as formas de vida; h) é intransigente a defesa da soberania alimentar e da sustentabilidade socioambiental; i) valoriza-se e incentiva-se o princípio do cooperativismo e do associativismo como formas de organização dos pequenos agricultores, posseiros e arrendatários; j) preconiza a emancipação dos estudantes, das respectivas famílias e comunidades envolvidas por meio da vivência/prática dos saberes construídos; k) valoriza os pequenos agricultores, buscando coletivamente alternativas para viverem dignamente no campo, contribuindo, assim, para a diminuição do êxodo rural; l) valoriza e fomenta a agricultura orgânica e familiar; etc.

Desse modo, o protagonismo da EFAPA evidencia uma dose dupla de resistência e enfrentamento: a) resistência a inúmeras dificuldades, sobretudo de cunho financeiro, uma vez que a caracterização da gestão própria traz alguns entraves, dentre estes, o financiamento por parte do poder público e b) enfrentamento ao modelo educacional predominante e ao agro e hidronegócio presente na região, cujas características principais estão assentadas no uso exacerbado dos recursos naturais (destruição do cerrado para o cultivo de monoculturas, megaprojetos de extração da água dos cursos naturais e dos lençóis freáticos, poluição das águas, do solo e do meio ambiente como um todo), grilagem de terra e expulsão e criminalização de “seus verdadeiro donos”.

Nesse cenário, por meio da Pedagogia da Alternância, a EFAPA vem resistindo e fazendo história ao longo de seus 27 anos de existência e resistência, conferindo à região e, sobretudo, aos estudantes, famílias e comunidades envolvidas diretamente o direito de serem protagonistas de uma educação emancipatória pensada e executada para e com os povos do campo, assentada no desenvolvimento integral dos estudantes, na promoção das famílias e comunidade e no desenvolvimento sustentável do meio.

REFERÊNCIAS

- BEGNAMI, João Batista; BURGHGRAVE. Thierry (orgs). **Verbetes sobre os Instrumentos Pedagógicos nos CEFFAS**, In: AMEFA: Projeto /Pedagógico da EFA. Belo Horizonte: 2000;
- CORRENTINA. **Estatuto Social – ACEFARCA**. Correntina, 2017;
- COSTA, Tiago Pereira da. FREITAS, Helder Ribeiro. MARINHO, Cristiane Moraes. **Diretrizes Políticas e Pedagógicas da Educação Profissional Contextualizada em Alternância da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido – REFAISA**. Juazeiro, 2018;
- DE BURGHGRAVE, Thierry. **Vagabundos, não senhor: cidadãos brasileiros e planetários!** Uma experiência educativa pioneira no Campo. Orizona (GO): UNEFAB, 2011;
- FOERSTE, Irineu. (et al). **Pedagogia da Alternância: 50 anos em terras brasileiras**. Curitiba/PR: Appris editora;
- GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003;
- LAROUSSE, Ática. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 2011.
- NOSELLA, Paolo. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória : EDUFES, 2014;
- PIATTI, Célia Beatris. **Pedagogia da alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura**. In: Boletim GEPEP – v.03, n. 05, p. 48-64, dez. 2014;
- CORRENTINA. **Projeto Pedagógico**. Escola Família Agrícola Padre André – EFAPA, 2019.